

O “ESPAÇO PÚBLICO” NOS MODELOS TEÓRICOS DE LEONARDO AVRITZER E ADRIÁN GURZA LAVALLE

Maira Gonçalves Lopes¹

Eduardo Lopes Seino²

RESUMO: Por meio da abordagem dos conceitos de “esfera pública” e “espaço público”, explorados respectivamente por Leonardo Avritzer e Adrián Gurza Lavalle, se buscará entender, de maneira acurada, como se configuram os lugares de fundamento da ação pública no nosso país. A partir disto, tentaremos compreender quais são as possibilidades abertas, por cada autor, para um aprofundamento da qualidade democrática.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público; esfera pública; democracia.

INTRODUÇÃO

Falar em ampliação e avaliação dos novos espaços de participação é, no limite, (re)pensar a relação entre o Estado e a Sociedade Civil no contexto democrático, priorizando o olhar sobre os potenciais políticos depositados nesta última. Como é sabido, este trabalho veem sendo realizado por inúmeros autores, que guardadas as diferenças de filiação teórica e perspectivas analíticas, estão preocupados em refletir os caminhos positivos abertos pelas crescentes experiências participativas. Aqui serão abordados dois autores que têm se consolidado como importantes referências teóricas no tema da participação: Adrian Gurza Lavalle e Leonardo Avritzer.

Para pensar nas contribuições que ambos têm ofertado ao tema, este trabalho tomará como ponto de partida os conceitos de “esfera pública”, usado por Avritzer e o de “espaço público”, que constitui o mote da reflexão de Lavalle no livro “Vida Pública e Identidade Nacional”. Esta escolha é justificada pelo fato de que, ao refletirem sobre os lugares de fundamento da ação pública, ambos trazem ao debate pertinentes contribuições para pensarmos os problemas que reduzem a qualidade da democracia³. Com isto em mãos, espera-se cumprir com o objetivo deste trabalho que deverá refletir sobre quais são as potencialidades democratizantes projetadas nos trabalhos de cada um dos autores.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. E-mail: mairalopes_212@yahoo.com.br. Mestranda.

² Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo- USP. E-mail: eduardoseino@yahoo.com.br. Mestrando.

³ Os conceitos de “espaço público” e de “esfera pública” serão usados neste trabalho como conceitos intercambiáveis, referindo-se ao lugar de ação política localizado entre o Estado e Sociedade Civil.

Este artigo será composto por três partes: na primeira parte se buscará mostrar como os conceitos de “espaço público” e “esfera pública” foram incorporados ao debate das Teorias democráticas. Em uma segunda parte, apresentaremos os dois autores aqui propostos a fim de demonstrar a forma pela qual cada um retoma e utiliza os conceitos de “esfera pública” e “espaço público” para finalmente contrastá-los e trazer ao debate a contribuição que cada um oferece à reflexão dos desafios para pensarmos as potencialidades da democracia.

I- AS TEORIAS DA DEMOCRATIZAÇÃO E O NOVO ARCABOUÇO CONCEITUAL.

As chamadas teorias da transição para a democracia constituíram o ponto de inflexão para o qual convergiram inúmeras reflexões realizadas pela Ciência Política até os anos 90. O tema que alimentava esta corrente referia-se à forma de passagem de um sistema político autoritário para o regime democrático. Tais teorias partiam do suposto de que este momento, localizado entre o enfraquecimento de um regime autoritário e o restabelecimento da democracia, é um período no qual prevalece a incerteza e a insegurança em relação às ações dos atores políticos, justamente pela ausência de regras fixas que tornem as ações destes atores previsíveis.

“Lo característico de la transición es que en su transcurso las reglas del juego político no están definidas. No sólo se hallan en flujo permanente sino que, además, por lo general son objeto de una ardua contienda; los actores luchan no sólo por satisfacer sus intereses inmediatos y/o los de aquellos que dicen representar, sino también definir las reglas y procedimientos cuya configuración determinará probablemente quiénes serán en el futuro los perdedores y los ganadores” (O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P. 1988, p. 19 e 20)

Além de caracterizar o período de transição, essas teorias definem o autoritarismo a partir de uma característica central: o poder de vetar determinados resultados. Tal feito seria a antítese da livre coordenação da ação dos atores políticos presente nos interstícios do jogo democrático. Entretanto, este tipo de caracterização encontrou logo seus limites.

Findado o período de transição, as diversas análises que abordaram o funcionamento da democracia no Brasil começaram a mostrar que, embora o regime democrático tivesse se instaurado com algum êxito, no que concerne à sua institucionalização, permanecia entre as elites políticas certos padrões de comportamentos não democráticos que remetiam a práticas patrimonialistas e

clientelistas. Este diagnóstico levou diversos autores a suporem a existência de uma cultura política, isto é, de determinados padrões de comportamento que sustentam os regimes políticos, mas que nesses termos, não precisariam ser consoantes nem coetâneo à eles.

Assim, como advertiu Avritzer, no momento em que reconhecemos que existem certos padrões de comportamento não-democrático, que passam a se relacionar com determinada institucionalidade democrática, deveríamos ter claro que a democratização é um processo que engloba não só a constituição formal dos elementos institucionais, mas também “um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado-sociedade.” (AVRITZER, 1996, p. 128). Isso significa dizer que avaliar os processos democráticos, bem como as potencialidades da democracia, requer uma avaliação que vá muito além do funcionamento das instituições. Para entender a democracia devemos ter clareza sobre a forma pela qual as atividades desenvolvidas pelo Estado se relacionam com os atores sociais.

“[...] tratar-se-ia de perceber que existe um hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos. No caso de um país como o Brasil, seria pelo menos tão importante quanto a análise sobre a vigência de direitos entender porque a ação cotidiana de atores políticos relevantes, tais como governantes membros do sistema judiciário e da própria polícia não se orientam pela normatividade existente” (AVRITZER, 1996, p. 136)

Destarte, o epicentro da reflexão dos trabalhos produzidos ao longo dos anos noventa em diante será precisamente a inter-relação entre Estado, instituições políticas e sociedade civil. (COSTA, 1997; AVRITZER, 1996, 1997; DAGNINO, 1996; NOGUEIRA, 2004). Consequentemente, os trabalhos que daí surgiram tiveram que ampliar seu arcabouço conceitual visto que o repertório analítico oferecido pelas teorias da transição estava limitados à apreensão do funcionamento da engenharia institucional.

Neste novo contexto, a abordagem sobre o tema da democratização passou a incorporar os conceitos de “sociedade civil” e “espaço público” como ferramentais analíticos decisivos para entender este processo nos limites da sua complexidade. Analisar um conceito é uma tarefa que requer, para além de um esforço heurístico, um elevado grau de abstração já que uma definição conceitual tem efeito direto sobre a perspicuidade da direção que as ações devem tomar. Por isso, nos limitaremos a cumprir com o objetivo deste trabalho, abordando apenas o conceito de “esfera

pública” e “espaço público”, ainda que reconheçamos a relevância dos debates sobre a “sociedade civil”.

O conceito de espaço público no mundo contemporâneo, segundo Seyla Benhabib (1993), pode ser classificado em três modelos: o primeiro, cuja matriz teórica está em Hannah Arendt, possui inspiração republicana; o segundo é o modelo liberal, que ela chamará de legalista, de origem kantiana e o terceiro, que segue os pressupostos da teoria habermasiana, é o modelo discursivo.

No modelo republicano, identificado com as contribuições de Hannah Arendt, a esfera pública é a arena na qual se efetiva a própria auto-organização da sociedade. Para esta concepção a base do poder político é a lógica do auto-entendimento e da autodeterminação, que se realizam por meio do poder comunicativo que os cidadãos dispõem. A comunidade política passa então a ser a esfera privilegiada de participação e a partir de onde se constrói a virtude cívica e onde o dever público é fomentado, é, no limite, o espaço “where freedom can appear” (ARENDT, H. *apud* BENHABIB, S. 1992). Nesse caso, a política deixa de ser uma instância de representação de interesses particulares, tal como expressará o modelo liberal, e passa a ser o espaço onde a própria socialização se constitui e o meio no qual os indivíduos internalizam os compromissos de reciprocidade (cf. COSTA, S. 1999)

O segundo modelo é denominado por Benhabib como o “the liberal model of public space as public dialogue”. Neste modelo a esfera pública é entendida como o espaço no qual os atores, sejam eles coletivos ou ligados a interesses econômicos específicos, se põem de acordo sobre seus interesses, ou seja, é um espaço instrumentalizado por interesses particulares.

Por fim, o terceiro modelo de esfera pública, que se destacou na discussão contemporânea, tem sua origem nas proposições teóricas de Jürgen Habermas. Segundo esta corrente, a esfera pública é um espaço ambivalente para onde convergiam as demandas gestadas no mundo da vida e nas estruturas sistêmicas do Estado e do mercado.

Para Habermas, a esfera pública é um “fenômeno social elementar” cuja origem remonta a tradição Iluminista e que fora sucumbida nas condições de hipertrofia da lógica do poder econômico, isto é, da lógica de uma razão instrumental orientada à maximização dos interesses individuais. Segundo o próprio autor, ela não é nem instituição, nem organização e nem sistema, justamente por não possuir uma definição normativa de funções e papéis a serem desenvolvidos pelos atores nela inseridos e por não ser possível definir seus limites internos e externos. De outra forma, a esfera pública tal qual a definição habermasiana pode ser descrita

“ como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana” (HABERMAS, vol. II 2003, p. 92)

Nesses termos, a esfera pública na acepção de Habermas representa um lugar que se diferencia das estruturas sistêmicas de integração do Estado e do mercado, ordenadas por uma lógica não-linguística. Este fenômeno é produto da modernidade que, para além de inaugurar um período em que a ação comunicativa se desenvolve, representa também, o momento no qual ocorre a “diferenciação entre a racionalidade comunicativa e a complexidade sistêmica”.

Por representar um espaço alternativo às organizações autônomas do Estado e do mercado, cuja racionalidade está direcionada aos processos intersubjetivos de entendimento entre os cidadãos, a esfera pública habermasiana é apresentada como o elemento potencialmente democratizante para as sociedades contemporâneas.

II- OS MODELOS CONCEITUAIS DE LEONARDO AVRITZER E ADRIÁN GURZA LAVALE

Diante deste complexo cenário teórico, que emerge em consequência das problemáticas surgidas em torno da melhor forma de equalizar o problema da representação e da participação política, Leonardo Avritzer e Adrian Gurza Lavalle apresentam-se como importantes referências teóricas e trazem ao debate reflexões bastante contundentes para pensarmos a qualidade da democracia no período pós-transição.

Em diálogo permanente, estes dois autores apresentarão pontos de convergência sobretudo, no que tange a amplitude democratizante das novas instituições participativas. No entanto, esses pontos começam a ganhar contornos diferentes quando ambos passam a problematizar a relação entre o Estado e a Sociedade Civil e a as suas respectivas atribuições no exercício de fortalecimento das práticas democráticas.

Seguindo os modelos de espaços públicos proposto por Benhabib, que no limite representam a condensação de um amplo debate travado entre os teóricos da

democracia, analisaremos a forma pela qual estes dois autores trazem essa nova agenda temática, que busca repensar a relação Estado/Sociedade Civil.

LEONARDO AVRITZER: UM DESENHO INSTITUCIONAL DE ESFERA PÚBLICA

Como já apontado pouco acima, a proposta deste trabalho é revisar a produção teórica de Adrian Gurza Lavalle e Leonardo Avritzer. A escolha por essas análises se dá pelo seguinte motivo: além de representarem, com densidade teórica, o profícuo debate sobre as esferas de participação e os novos caminhos da democracia no Brasil, ambos os autores trazem à tona uma questão bastante interessante sobre uma das relações mais cara à Ciência Política: aquela que se situa no jogo de forças entre as instituições e a cultura política. Nesses termos, a opção pelo contraste parece suficientemente eloquente para elucidar os pontos de distanciamento entre as duas abordagens e o que cada uma consegue trazer de subsídio à reflexão acerca das potencialidades da democracia.

Em relação à Avritzer recorreremos seus trabalhos seguindo a ordem cronológica de suas publicações. Esta opção nos ajudará, inclusive, a identificar críticas que serão feitas por Lavalle a alguns dos pontos centrais da teoria de Leonardo Avritzer, que referem-se sobretudo, à aposta nos potenciais do novo associativismo presente na literatura dos anos 90 e no seu subsequente abandono, bem como à aderência das análises aos referenciais teóricos que opõem as esferas do Estado e da Sociedade Civil.

Primeiro apresentaremos o estudo de Avritzer sobre teoria democrática exposto no seu livro “A moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática” (1996), em seguida, veremos como o autor aplica seu projeto institucional no trato aos novos atores associativos no decorrer do artigo “Um desenho institucional para um novo associativismo” (1997) e por fim, trataremos da forma pela qual ele se insere na nova agenda temática das teorias participativas apresentando um balanço acerca do funcionamento das instituições participativas em “Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático” (2008). Esta breve exposição cumprirá com o objetivo de mostrar como o autor, ao incorporar o debate habermasiano na reflexão do espaço público acaba por destacar o papel proeminente que as instituições podem cumprir no exercício da democracia⁴.

⁴ Para uma leitura sobre os pressupostos institucionais na teoria de Leonardo Avritzer ver o artigo “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo” (2010). Para Romão a ênfase dada a condição protagônica da sociedade civil, e a consequente ausência da sociedade política nas análises de Avritzer sobre OP está relacionada, sobretudo

Em “A Moralidade da Democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática” (1996), Avritzer se reveste com todo o arcabouço teórico e conceitual da obra habermasiana e nos mostra como os conceitos de moral e de democracia estão aportados na esfera da sociedade. Retomando os clássicos das Ciências Sociais, Avritzer recupera os fundamentos morais e normativos da política moderna e os coloca no seu devido lugar: na esfera pública, “ uma arena discursiva na qual os valores democráticos se formam e se reproduzem.” (AVRITZER, 1996, p. 121).

As críticas de Habermas à Marx, segundo a leitura feita por Avritzer, se dão no sentido de mostrar que o potencial emancipatório dos indivíduos não está depositado no processo produtivo, como supõe o “paradigma da produção”, mas sim no processo de formação de identidade, da produção de solidariedade e no processo de argumentação moral que ocorrem no interior da esfera pública. Habermas, em “ Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1962), nos mostra uma dimensão que vai além da contradição apresentada por Marx entre estratificação social e universalização política. Ele nos apresenta um fenômeno histórico, um lugar constituído pela interação social, em que indivíduos privados se reúnem e discutem criticamente interesses não individuais, regidos por uma racionalidade que não é instrumental.

A partir deste ponto, Habermas passa a definir e conceitualizar o “paradigma da comunicação”, isto é, “ a suposição de que a utilização pragmática da linguagem pelos agentes sociais é orientada pelo consenso” (AVRITZER, 1996, p. 45). A possibilidade deste consenso resulta do fato de que, para Habermas, os indivíduos agem de diferentes formas em relação às dimensões objetiva, subjetiva e social.

Este princípio permite a Habermas postular uma forma dualística de racionalidade. A modernidade marca precisamente o momento em que surgem dois tipos de racionalidade: a comunicativa e a sistêmica, que constituem, por assim dizer, dois tipos distintos de coordenação da ação. A primeira seria a responsável por fortalecer as formas interativas de comunicação e coordenar a ação para o consenso. A racionalidade sistêmica se aplica a “[...]organizações crescentemente autônomas, conectadas umas com as outras através de meios de comunicação não-linguísticos” (HABERMAS, 1984, II, p. 154).

Desta forma, Avritzer resgata o fundamento do argumento crítico que Habermas tece a Max Weber, para quem a modernidade marcaria o desaparecimento da dimensão ética da racionalidade. De outro modo, o que marca as sociedades modernas é justamente a alteração da forma pelas quais as normas sociais são

às escolhas analíticas do autor que acabaram por “plasmam [...] as expectativas de democratização do Estado e do sistema político pela ação da sociedade civil”(ROMÃO, 2010, p. 123)

legitimadas. Elas deixaram de passar pelo crivo da tradição e passaram a ser vinculadas pelos processos de abstração e generalização do outro.

É essa relação consensual que permite aos indivíduos agirem nas atividades econômicas, por exemplo. Uma constatação que mesmo as teorias da escolha racional não foram capazes de operar, por não perceberem que

“O que está por trás da normatividade das instituições políticas modernas é, justamente, a percepção de que não existem regras privadas por não ser possível agir de modo cognitivo-instrumental em relação as regras. Ou bem as regras são entendidas da mesma forma e a ação normativa ocorre ou bem não é possível chegar ao sucesso na coordenação da ação” (AVRITZER, 1996, p. 98)

A grande ameaça para a democracia decorre da intromissão da racionalidade sistêmica, estruturada em torno da lógica estratégico competitiva, própria do mercado e do Estado, nas estruturas comunicativas da esfera pública. Dessa forma, o que passaria a garantir a expansão das potencialidades democráticas seria o

“processo de institucionalização dos procedimentos e das condições de comunicação, processo esse capaz de procedimentalizar a soberania popular ao tornar o sistema político dependente das redes periféricas de comunicação presentes na esfera pública” (HABERMAS, 1984 *apud* AVRITZER, 1996, p. 123)

Para Avritzer, as diversas correntes analíticas que abordam o tema da democracia vêm ocasionando o que o autor chamou de “esvaziamento da democracia”, cometido, sobretudo, pela forma como os autores têm abordado o problema. Por isso, seu esforço tem sido resgatar o potencial de autodeterminação da prática democrática, tal qual os clássicos do início do século XVIII já anunciavam.

Esse resgate coloca em questão justamente a impossibilidade das teorias democráticas, que partem da perspectiva do individualismo metodológico, em dar respostas razoáveis ao apelo normativo presente nas diversas experiências associativas. De acordo com Avritzer existem diversos espaços políticos que foram incorporados pelos atores sociais, mas que não foram devidamente processados por boa parte da teoria.

Formatar as novas experiências associativas que eclodiram nas décadas coetâneas ao processo de redemocratização brasileiro foi o objetivo de Avritzer no artigo intitulado “Um desenho institucional para o novo associativismo” (1997). Nele o autor reflete sob o pressuposto de um “vazio institucional”, que caracterizaria o espaço, ou melhor dizendo, o não-espaço de atuação das novas associações civis,

cuja principal característica seria sua alta capacidade em corrigir problemas históricos ligados às mazelas de uma vida pública que Lavalle, na sua compilação do pensamento político-social brasileiro, tão bem pontuou: privatismo, personalismo, patrimonialismo.

Segundo a leitura de Avritzer, os movimentos sociais surgidos a partir da década de setenta, para além de representarem a emergência de um novo formato de ocupação da esfera pública, configuraram uma mudança de comportamento dos atores sociais.

Num rápido retrospecto sobre a história do associativismo na América Latina notamos a presença de duas características das quais o Brasil não representa uma exceção: em primeiro lugar, nos países latinos não houve a separação completa entre a esfera privada e a esfera pública, o que inviabilizou, seguindo uma matriz habermasiana, a emergência de uma esfera pública entre iguais. Segundo, nessa região se desenvolveu um tipo de associativismo de natureza religiosa, impedindo a formação de um associativismo laico e pluralista. Nesses termos, até o final do século XIX o associativismo no Brasil não teria conseguido se constituir em uma esfera autônoma, tendo sido fortemente marcado por uma homogeneização e por uma baixa autonomia frente ao Estado.

Sem embargo, no transcurso dos anos setenta começam a emergir não somente novos atores sociais, rompendo com a homogeneidade de temas e atores, como também uma nova ideia de participação, que objetivava não mais eliminar as estruturas burocratizantes do Estado e do Mercado, mas sim fortalecer uma terceira via de oposição centrada na auto-organização da sociedade. Tratava-se portanto,

“da aceitação da diferenciação social como uma característica necessária das formações sociais modernas, o papel da política e dos movimentos sociais limitando-se à organização da sociedade e à determinação de novas formas de relação entre sociedade e Estado, sociedade e mercado”. (AVRITZER, 1993, p. 213)

No entanto, essa nova esfera que apresenta formas novas de ação coletiva e de práticas sociais com capacidade de combater certas continuidades de autoritarismo impregnado não só nas instituições, mas também no tecido social, não consegue se efetivar enquanto um espaço com reais capacidades para influenciar os processos de democratização. Esse diagnóstico leva o autor a afirmar que as associações civis vinham atuando num “vazio institucional” e que por isso haveria uma premente

necessidade de criar formas institucionais que atribuíssem *status* público às ações, tornando-as legítimas.

Mais importante do que as proposições institucionais daquilo que o autor chamará “novo desenho institucional”, o que devemos reter deste texto é a mudança vetorial da relação Estado- Sociedade que Avritzer propõe. Ele enfrenta a problemática do aprofundamento democrático e assimilação dos novos movimentos sociais, numa perspectiva que vai da Sociedade Civil para o Estado. Pois somente nesses termos teríamos reais condições de pensar a democracia como uma dimensão eminentemente societária.

Essa forma de abordagem que Lavallo chamará de “perspectiva da sociedade civil” apresenta diversos limites, sobretudo no que se refere à tendência para uma leitura despolitizada da sociedade civil. Além disso, os elementos utilizados por Avritzer na caracterização dos novos atores associativos não são abrangentes e abstratos o bastante para se constituir como ferramenta de análise para atores empíricos⁵. (LAVALLE, 2003). Como veremos mais adiante, Lavallo chamará atenção para a tendência de uma mudança na agenda temática que marca os trabalhos sobre as novas modalidades institucionais de participação a partir dos anos noventa. Avritzer sem dúvida representa parte destes trabalhos que abandonaram o foco centrado nas potencialidades de democratização dos novos atores sociais e passaram a avaliar as dinâmicas internas de novos espaços de participação que conseguiram ser institucionalizados.

No artigo intitulado “Instituições Participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático”(2008), Leonardo Avritzer associa o debate habermasiano com discussões sobre práticas participativas específicas, desenvolvendo uma série de pesquisas cujas abordagens apostam na ideia de que existe uma relação entre a participação da sociedade civil e as instituições deliberativas. Neste caminho seu esforço será o de identificar em que medida algumas instituições são mais deliberativas do que as outras.

Avritzer analisa a participação a partir de três desenhos institucionais distintos: Orçamento Participativo, Conselhos de Políticas e Planos Diretores Municipais. Ele defende que o sucesso dos processos participativos depende essencialmente da articulação entre três atributos: a organização institucional da participação; a mobilização da Sociedade Civil e a vontade política dos governos em implementar os desenhos participativos.

⁵ Os elementos que caracterizam os novos atores sociais, segundo Lavallo no texto “Sem pena nem glória” seriam: 1) horizontalidade; 2) espontaneidade; 3) legitimidade; 4) ação comunicativa; 5) intermediação societária. Esta discussão está

Partindo de uma crítica à teoria democrática de Huntington, que concebe a participação em oposição às instituições, Avritzer avalia as diferentes experiências participativas em quatro cidades brasileiras e traça uma comparação entre os três desenhos institucionais.

Resumidamente, ele define os Orçamentos Participativos (OP) como uma instituição organizada de baixo para cima, com livre abertura para os atores sociais e uma posterior representação dessa participação; eles são dependentes de uma forte organização da sociedade civil e da iniciativa do governo para criá-los. Os Conselhos de Políticas são desenhos de partilha de poder e são igualmente dependentes de uma sociedade civil fortemente organizada e da vontade política do governo. Por fim, os Planos Diretores Municipais são instituições de ratificação do poder, dependentes da atuação do governo e da organização da sociedade civil. (AVRITZER, 2008)

Nesta análise, além da efetividade dos mecanismos participativos dependerem do sistema político, sua capacidade democratizante também se altera de acordo com cada desenho. Outro aspecto importante da análise sobre os desenhos institucionais, é que ela parte da perspectiva da sociedade civil, cuja análise se centra no horizonte aberto pela democracia deliberativa e na força democratizadora das organizações civis. Disto, o autor conclui que as principais variações, na forma que assumem as instituições, dependem essencialmente do contexto na qual ela está inserida, pois toda sua efetividade está atrelada à organização da sociedade civil e à disposição do governo em manter ativos os mecanismos institucionais participativos.

LAVALLE: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, UMA ABORDAGEM REPUBLICANA.

Como na apresentação das reflexões desenvolvidas por Avritzer, recorreremos os trabalhos de Lavallo em ordem cronológica das publicações. Serão apresentados três textos: primeiro abordaremos o artigo intitulado “Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990” (2003), no qual o autor realiza uma revisão das temáticas abordadas nos trabalhos que se propuseram a pensar a sociedade civil durante os anos noventa, mostrando as especificidades que esta literatura cunhou à compreensão deste novo espaço. Em seguida, retomaremos a discussão sobre a noção de *ethos* público e a constituição da identidade nacional dentro do pensamento político-social proposto no livro “Vida pública e identidade nacional” (2004). Por fim, veremos como Lavallo elabora no artigo “Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo (2004), escrito em conjunto com Peter Houtzager e Arnab Acharya, uma nova perspectiva analítica para

abordar, de maneira mais precisa, as especificidades dos atores que passaram a utilizar os novos arranjos institucionais de participação.

Ao final da exposição deverá ficar claro que os trabalhos de Lavallo, ainda que não sigam o mesmo objetivo, possuem uma cadência ritmada, sobretudo, pela preocupação republicana em ressaltar a importância da demarcação de um espaço marcado pelos laços de solidariedade e por valores compartilhados que antecedem o momento de construção institucional.

Em julho de 2003, Adrian G. Lavallo publica um artigo cujo foco da crítica será a literatura produzida nos anos noventa e que teve como temática o novo associativismo civil. Para ele o debate, que começou a ser fomentado nas décadas precedentes de 70 e 80 e culminou numa literatura da nova sociedade civil nos anos 90, partiu de uma caracterização normativa do termo “sociedade civil” através da qual se projetou um novo padrão de ação social de especificidades amplamente emancipatórias.

No Brasil, a ideia de sociedade civil passou a ser recorrente e especificamente notória no período que se inicia na década de 70. Neste momento a sociedade civil brasileira passa a experimentar o que Dagnino chamou de “ressurgimento”, descrito como o momento no qual ressurgem um núcleo possível de resistência ao Estado autoritário. (DAGNINO, E. 2002, p. 9-15). Esse novo contexto levou a uma ampliação do repertório teórico dos intelectuais que passaram então a se debruçar sobre as potencialidades desse novo ator social. Nesse interregno, as teorias da Transição Democrática ganharam destaque por conseguirem equacionar a relação entre a modernização e o novo arranjo político que despontava. No entanto, essa nova abordagem começou a dar sinais de esgotamento diante da sua incapacidade de conferir respostas aos diversos traços autoritários que ainda permaneciam incrustados nas tramas do tecido social já democratizado. Um cenário caracterizado pela

“existência de uma altíssima continuidade no tocante aos indivíduos, aos partidos e às práticas políticas em praticamente todos os países latino-americanos. [...] (e um) alto grau de desequilíbrio no poder de diversos grupos na sociedade” (AVRITZER, 1997, p. 149-159)

Destarte, na leitura de Lavallo, o pensamento sociológico retorna ao debate intelectual oferecendo sua contribuição para preencher as lacunas que a teoria da transição, e sua respectiva abordagem institucional, deixaram em aberto. À dimensão político institucional somou-se um novo campo temático que passou a considerar as

mudanças nos padrões de sociabilidade, na cultura política, na definição dos direitos e na supracitada constituição de novos atores sociais.

Tendo claros os desafios que estavam sendo postos pelo novo contexto histórico, a nova literatura dos anos 90 preocupou-se em descrever o comportamento dos novos atores sociais e, sobretudo, em criar uma interpretação normativa, referente as potencialidades desses novos atores em “democratizar a democracia”. Esta aposta na virtualidade normativa dos novos atores sociais será, para Lavallo, o ponto nevrálgico dessa nova literatura, que abriga dentre outros, autores como Leonardo Avritzer e Sérgio Costa.

As novas experiências associativistas foram absorvidas com bastante entusiasmo por certos setores intelectuais, e foram concebidas enquanto instâncias democráticas privilegiadas de oposição à esfera estatal autoritária justamente por

“sua natureza coletiva e horizontal, [...] o caráter legítimo de suas demandas ou propósitos, concebidos em termos de ‘interesse geral’, [...] a adesão livre e espontânea de seus membros, [...] a importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva [...] e, por fim, seu papel de mediação entre a sociedade não organizada e os poderes econômicos e políticos” (LAVALLE, A. 2003, p. 97-98)

Seguindo esses critérios, os novos atores foram interpretados como sendo a base de ação social emancipatória no transcurso dos anos 80. No entanto, esses elementos abrangentes e abstratos não conseguiam oferecer um aporte analítico amplo o suficiente para interpretar as práticas reais de associação, gerando o que o autor chamou de “*deontologia* do comportamento dos atores”.

“Com efeito, o crivo dos quesitos estabelecidos pela literatura não apenas exclui partidos políticos, grupos de interesse, sindicatos, organizações econômicas e instituições altamente hierarquizadas- como as Igrejas-, mas também pode levar a ‘expulsão’ das próprias associações da sociedade civil quando assumem comportamentos ou mecanismos de negociação inerentes à esfera política, pois ao exceder os limites de seu papel normativo correm o risco de corromper seu genuíno potencial democratizante” (LAVALLE, 2003, p. 105-106)

Como veremos mais adiante, essa mesma crítica será sustentada por Lavallo no artigo que ele escreve junto com Houtzager e Acharya. Em ambos os casos vai se delineando uma perspectiva analítica que não explora a relação Estado- Sociedade Civil a partir dos seus pontos de afastamento, mas sim da intersecção entre essas

duas esferas. Trata-se de uma análise dos processos participativos que não toma como ponto de partida a relação dual entre o Estado, *locus* do autoritarismo, e a Sociedade Civil, reduto com alto potencial democratizante. Sob essa ótica, não conseguimos compreender formas de participação que estão fora do círculo hermético daquilo que a literatura dos anos 90 convencionalmente chamou de Sociedade Civil, tampouco entender as formas de ação social dos atores que, embora estejam institucionalizados, não representam necessariamente a esfera do Estado. Além do mais, essa lógica restritiva, supõe uma falsa ideia de homogeneidade dos novos atores associativos.

Ante as diversas críticas que levantaram sérias insuficiências nessa formatação teórica da sociedade civil e ante a “proliferação de formas inéditas de participação e exercício da cidadania”, a agenda temática pós anos 90 sofre uma nova guinada, passando a preocupar-se com a efetividade dos novos espaços de participação institucionalizados. (LAVALLE, 2003)

No livro “Vida pública e identidade nacional”, Lavallo aponta para uma outra questão, que embora desvie da temática acerca dos problemas postos pelas novas experiências associativas, reflete igualmente a preocupação do autor em tentar entender qual é o lugar de ação destes novos atores. Para isso, ele revisita os clássicos do pensamento político-social do Brasil e nos brinda com uma análise bastante sensível às minúcias que conformaram a nossa dificuldade de constituir um espaço público neste país.

A literatura que forjou as interpretações mais difundidas do espaço público no Brasil e, conseqüentemente da formatação da nossa identidade nacional, foi aquela que se consolidou nos anos 30 e da qual faziam parte Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Fernando de Azevedo e Nestor Duarte. Na leitura destes intérpretes, guardadas suas diferentes nuances interpretativas, o espaço público era explicado em razão das mazelas da vida pública, acentuadamente marcada pela escravidão, e definido a partir da sua ausência ou anomalia.

“Nos diagnósticos dessa interpretação, a rarefação da sociedade e a ampla gama de manifestações do privatismo protagonizam o elenco dos empecilhos profundos a obstarem a constituição de um espaço público efetivamente moderno. [...] (Nestes diagnósticos) a nota distintiva do patriarcalismo, do familismo, do patrimonialismo, do personalismo, do agnatismo e da miríade de empecilhos privatistas consignados no pensamento político social é seu papel decisivo na constituição da vida pública, assim reduzida a mero veículo de uma pré- modernidade pertinaz” (LAVALLE, 2004, p. 19)

Tendo traçado os elementos distintivos do espaço público brasileiro Lavallo passa então a buscar os elementos de composição da sociedade oitocentista que dificultaram a formação de um espaço público moderno, entendido como uma instância notadamente marcada pelo universalismo, pela impessoalidade e pelos princípios abstratos da razão, liberdade e igualdade configurando um espaço intermediário entre o Estado e a Sociedade. Em seguida ele apresenta como esses obstáculos à constituição do espaço público foi trabalhado nos diversos autores a partir da ideia de *ethos* público e como essa dimensão se deslocou dos seus referentes originais para transformar-se em um expediente explicativo *ad hoc*, num processo que o autor chamará de “instrumentalização da cultura”.

No Brasil, para além da marca colonial e do profundo peso da escravidão como traços que deram especificidade à gênese do espaço público, tivemos também o domínio de uma “sociedade de auditores” num caminho inverso ao da consolidação da opinião pública de caráter político. Além disso, as leituras dicotômicas acerca da relação entre o Estado e a Sociedade, sublinhando o desacoplamento entre essas duas esferas, sempre foram característica marcante das diversas interpretações do Brasil. Por fim, um dos traços mais relevantes que esteve presente em Sérgio Buarque, Caio Prado e Fernando Azevedo, foi a “ausência do povo”, entendida aqui como a ausência de uma classe intermediária homóloga à sociedade civil burguesa cuja homogeneidade de interesses contribuiu para a incorporação dos segmentos populares nas categorias universais.

Destas características emergiu uma vida pública que não conseguiu se autonomizar dos hábitos e interesses do mundo privado passando a existir entre esses dois mundos

“uma proximidade tal que os interesses e hábitos do mundo privado constituíram também os do mundo da política, mediante uma espécie de expansão a avançar desimpedida para estabelecer a particularidade e a cultura familiar de tipo patriarcal em instâncias nas quais deveriam prevalecer critérios universais e valores cívicos de índole cidadã” (LAVALLE, 2004, p. 58)

Diante deste cenário e com muita acuidade, Lavallo nos dá a localização espaço-temporal no qual as interpretações do pensamento político-social passaram a incorporar a lógica do *ethos* público, enquanto recurso analítico para isolar e apreender um modo de explicação amplamente utilizado pelos autores, focando os traços comuns de personalidade do “ser brasileiro”.

A noção de *ethos* público passa a ser inserida no repertório das interpretações do país no momento subsequente às leituras biologistas e naturalistas, que embora destacassem as características da personalidade coletiva, ainda guardavam as influências do determinismo genético. O novo pensamento que se forjou na década de 30 fora influenciado principalmente pelos avanços das discussões teóricas protagonizados pela antropologia culturalista de Franz Boas, Marghareth Mead e Ruth Benedict e pela psicologia de Sigmund Freud.

“Em suma, os novos aportes da antropologia e da psicologia foram incorporados para equacionar de modo mais satisfatório e nuançado a questão da identidade: a permanência diacrônica de certas feições que configuram a identidade encontrou veículos de missão adequados na cultura e no caráter – entendido a rigor como estrutura de índole psíquica” (LAVALLE, 2004, p. 92-93)

No entanto, este recurso, que nasceu no interior da discussão sobre identidade, podendo ser chamado também de culturalismo aplicado à interpretação do espaço público no Brasil, será apropriado de maneira anacrônica e descontextualizada nos trabalhos que se debruçam sobre a reflexão das causas da incivilidade na vida pública sem, no entanto, levar em conta a infinidade de transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais o país passou. Neste novo contexto, a cultura perde seu estatuto de problema e ganha autoridade de explicação.

Esse movimento de tornar o *ethos* público um fator explicativo esteriliza as reflexões sobre as possibilidades de constituição de um espaço público verdadeiro e moderno, pois nos dá, antes mesmo do problema, a falsa ideia de solução. Desta feita, Lavallo recobra um posicionamento crítico para que possamos avançar na compreensão das especificidades do nosso espaço público.

Ao depositar o tema da cultura política no centro da reflexão, Lavallo passa a questionar as disposições das organizações da sociedade civil para participar das instituições democráticas. Como vimos, para Leonardo Avritzer o que torna uma sociedade de fato democrática são as capacidades de institucionalização das redes informais de comunicação no nível da esfera pública, independentemente do conteúdo que elas expressam e encaminhem.

Para Lavallo a preocupação central para se entender a efetividade dos processos democráticos implica saber em que medida as organizações da sociedade civil conseguem obter um *status* político, ou seja, como os atores da sociedade civil atuam na disputa pelo acesso por recursos públicos e quais são as suas reais capacidades de incidir sobre as decisões e políticas do Estado.

No artigo escrito conjuntamente com Peter Houtzager e Arnab Acharya, Lavallo e os demais utilizam um *survey* com 229 atores da sociedade civil para testar cinco pressupostos recorrentes na literatura sobre sociedade civil, a saber: 1) de que as novas instituições de participação ampliam a oportunidade de participação da classe pobre; 2) de que as organizações civis ligadas a arranjos institucionais clássicos têm maior propensão a participarem; 3) que a determinação da participação das organizações civis está relacionada à sua forma de organização e seus temas de interesse; 4) que o momento de fundação de uma organização deixa marcas nos atores e, por último, 5) que o desenho institucional dos arranjos de participação determina as possibilidades de participação.

Esses cinco pressupostos são testados através dos dados coletados na pesquisa, e associados a duas perspectivas que os autores denominam: “perspectiva da pólis” e “perspectiva da sociedade civil”. Esta última faz referência às literaturas mais influentes no campo das teorias da sociedade civil que acabaram por gerar, segundo Lavallo, uma leitura despolitizada da sociedade civil. A partir deste posicionamento crítico, os autores optam por um filtro analítico que lhes daria condições de avaliar quais são, de fato, as capacidades que as instituições participativas (IP’s) têm de incidirem, por exemplo, na definição de políticas públicas.

Confrontando os dados com ambas as perspectivas, os autores chegam à constatação de que os atores que possuem maior capacidade de ação nos novos arranjos institucionais são os atores institucionalmente situados, e que portanto, as organizações, com fortes vínculos com atores políticos, como os movimentos sociais, partidos, etc., estão mais propensas à participarem. Segundo esta concepção a participação seria então

“ um resultado contingente, produzido numa teia de relações negociadas entre atores coletivos situados em um terreno institucional preexistente que reprime e/ou facilita formas de ações particulares”. (HOUTZAGER; LAVALLO; ACHARYA, 2004, p. 267)

A hipótese central dos autores é que as organizações civis não são homogêneas e que por isso elas possuem diferentes capacidades de ação, isto é, diferentes capacidades de aproveitar as oportunidades criadas pelas instituições de participação.

Nos referidos trabalho de Adrian G. Lavallo conseguimos perceber uma coerência argumentativa que conduz o autor a duas direções. A primeira visa à tentativa de superar as análises dos processos políticos que assumem a dicotomia Estado-

Sociedade Civil como ponto de partida para pensar a democracia e seus respectivos limites e avanços. A segunda recoloca o tema da cultura política e o peso que a história e as tradições compartilhadas assumem dentro do árduo exercício de se pensar as alternativas para tornar a democracia uma experiência política ainda mais democrática.

III- APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS EM PERSPECTIVA COMPARADA.

Durante o transcurso da reflexão apresentada até aqui podemos perceber que ambos os autores apresentam uma proximidade quanto à aposta que fazem em relação às novidades institucionais originadas após o período de democratização. Sem dúvida, as experiências participativas que se multiplicaram após a abertura política foram recebidas com bastante entusiasmo pelos diversos atores sociais e pelos intelectuais que se comprometeram a entender esse novo momento histórico brasileiro. No entanto, a literatura que apoiou suas reflexões nas expectativas que o novo período poderia trazer apresentou também algumas divergências que configuraram, sobretudo, diferentes modos de entender e interpretar a nova realidade. Desta feita, Leonardo Avritzer e Adrian Gurza Lavalle despontam como dois intelectuais cujas análises se contrapõem uma à outra. Essa diferença aparece realçada, sobretudo, em dois aspectos de suas reflexões que abordamos aqui. O primeiro diz respeito à delicada relação entre instituições e cultura política.

O objetivo deste trabalho não é cumprir com a função de advogar a favor de uma corrente ou de outra, muito menos a de reduzir os dois autores e suas respectivas análises à um determinismo, seja ele cultural ou institucional. No entanto, após termos apresentado suas discussões, é possível rastrear certas proximidades de Lavalle ao modelo republicano, que regatamos da tipificação de Benhabib, e de Avritzer ao modelo procedimental.

Para Adrian, o ambiente cultural, definido como o compartilhamento de ideias e de objetivação das ações que ocorrem nos interstícios do espaço público, fornece os subsídios para a consolidação de uma sociedade democrática. Isso não quer dizer, no entanto, que o autor recuse os aspectos que fujam das caracterizações culturais, muito pelo contrário. Para ele não devemos dispensar as “complexas problemáticas envolvidas com o mundo institucional, com o sistema de comunicação social ou com a organicidade do tecido social” (LAVALLE, 2004, p. 162), muito menos analisá-las a partir de um único denominador comum, nesse acaso a cultura. O que está em jogo para ele é a necessidade de buscarmos novos subsídios analíticos para tentarmos

equacionar os efeitos distintivos da cultura, e este trabalho só pode ser exitosamente realizado com o abandono de interpretações do espaço público que utilizam o expediente cultural como fator explicativo e não como problema.

Já na leitura habermasiana que Avritzer faz sobre os novos atores associativos e sobre seus novos espaços de ação, a esfera pública, se observa a proeminente defesa das instituições cuja função seria a de direcionar as ações dos cidadãos para o sistema político. Segundo o autor, somente instituições democráticas cumpriram o papel de ordenar as ações dos indivíduos de acordo com as prerrogativas dispostas na esfera pública.

O enfoque nas determinações institucionais e a mudança na agenda de pesquisas, que passaram a se centrar nas eficiências e eficácias das instâncias participativas, fez prevalecer nos trabalhos de Avritzer uma visão que além de dicotomizar a relação entre Estado e Sociedade Civil, privilegiou o olhar sobre esta última. Este movimento, é certo, faz parte da trajetória de vários autores que se ocuparam em pensar a problemática participativa e os novos arranjos democráticos. No entanto, Avritzer, ao ressaltar as altas potencialidades morais e democratizantes do novo associativismo, teria gerado, na leitura de Lavallo, uma análise despolitizada da sociedade civil, fechando os olhos para a atuação de atores tradicionais do mundo da política, tais como os partidos, grupos de interesses, etc⁶.

Desta forma, Adrian G. Lavallo sugere que se mude o olhar da Sociedade para o Estado, para argumentar que os atores da sociedade que são ou estão institucionalmente inseridos nos arranjos políticos tradicionais possuem maiores possibilidades de participação, justamente porque a “capacidade de participar está condicionada pela história da construção dos atores”. (LAVALLE, 2004b, p. 260)

Apresentamos aqui dois autores que lidam com a temática da participação e do aprofundamento da democracia a partir de tratamentos bastante contrastantes. Avritzer sinaliza para uma abordagem que reforça as potencialidades das instituições no exercício de intensificar as experiências democráticas. Por outro lado, Lavallo, numa aproximação bastante republicana, destaca a importância de experiências sociais democráticas que antecedem a formatação institucional. Além da riqueza que os contrastes podem trazer para a análise das práticas nossas do cotidiano, eles nos sinalizam a complexidade que a temática alcançou e que só tende a aumentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁶ Ver nota 2.

AVRITZER, L. *Um desenho institucional para um novo associativismo*. In: Lua Nova n. 39, São Paulo, 1997.

_____. *A moralidade da democracia*. Ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1996.

_____. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº1, junho, 2008, p. 43-64.

_____. *Além da dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato*. Revista Novos Estudos Cebrap, nº 36, julho 1993, pp. 213-222.

COSTA, S. *Contextos da construção do espaço público no Brasil*. Novos Estudos, no. 47, 1997.

_____. *Esfera pública, e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia*. Revista Travessias, nº 1, Rio de Janeiro, 2000.

DAGNINO, E. *Cultura Política e Democracia*. REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS SOCIAIS, v. 32, p. 182-184, 1996.

_____. In: DAGNINO, E. (Org.) *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro. 2ª ed. Editora: Tempo Brasileiro, 2003.

LAVALLE, A. G. *Sem pena nem glória: o debate sobre sociedade civil nos anos 1990*. Novos Estudos, nº 66, julho de 2003, pp. 91-109.

_____. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo, Editora Globo, 2004a.

_____; HOUTZAGER, P.; ACHARYA, A. "Atores da Sociedade Civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas". In: AVRITZER, L. (org.). *Participação em São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp, 2004b.

NOGUEIRA, M.A. *Um Estado para a Sociedade Civil*. São Paulo: Cortez, 2004.

O'DONNELL, G. and SCHMITTER, P.C. *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Conclusiones tentativas sobre las democracia inciertas. Trad. Leandro Wolfson. Editora Paidós, Buenos Aires, Argentina, 1988.

ROMÃO, W. "A eclipse da sociedade política nos estudos sobre o Orçamento Participativo". São Paulo, BIB, nº70, 2º semestre de 2010, p. 121-144.